



RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.
(atual denominação social da DUKE ENERGY
INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.)

6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 6ª Emissão de Debêntures da RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. (atual denominação social da DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.) (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A. *
- CNPJ/MF: 02.998.301/0001-81
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
- Atividades: (i) estudar, planejar, projetar, construir e operar sistemas de produção e comercialização de energia, principalmente a elétrica, resultante do aproveitamento de rios e outras fontes, mormente as renováveis; (ii) estudar, planejar, projetar, construir e operar barragens de acumulação e outros empreendimentos, destinados ao aproveitamento múltiplo das águas; (iii) estudar, projetar, executar planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de energia, principalmente as renováveis, diretamente ou em cooperação com outras entidades; (iv) importar máquinas e equipamentos necessários ou convenientes ao desenvolvimento e implementação das atividades acima mencionadas; e (v) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista.

*A denominação social da Companhia foi alterada na AGE realizada em 26/01/2017.

Características da Emissão

- Emissão: 6ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 08/09/2016
- Data de Vencimento: 08/09/2018
- Banco Escriturador/Mandatário: Banco Citibank S.A.
- Código Cetip/ISIN: GEPA16/ BRGEPADBSOAO
- Coordenador Líder: Banco Citibank S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o refinanciamento dos pagamentos do (i) principal da primeira parcela de amortização das

debêntures da terceira emissão da Companhia, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Terceira Emissão de Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.”, celebrada em 28 de dezembro de 2011, entre a Companhia e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; e (ii) principal da primeira parcela de amortização das debêntures da primeira série da quarta emissão da Companhia, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta Emissão de Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.”, celebrado em 03 de julho de 2013, entre a Companhia e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., conforme alterado.

- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

➔ Atividade Principal: 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica;

➔ Situação da Empresa: ativa;

- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- Liquidez Geral: de 0,30 em 2015 para 0,41 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 0,87 em 2015 para 0,76 em 2016;
- Liquidez Seca: de 0,87 em 2015 para 0,76 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,29 em 2015 para 0,30 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 7,2% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve aumento de 13,1% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 2,2% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 20,4% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 5,3% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 2,00% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016): não houve pagamentos no período.
- POSIÇÃO DO ATIVO:
Quantidade em circulação: 16.000
Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 16.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 6.26, alínea "XX" da Escritura de Emissão.

R\$ 000	2016
EBITDA	870.208
Endividamento Total	1.527.751
Caixa	852.563
Endividamento Líquido	675.188
Endividamento Líquido/EBITDA	0,78

R\$ 000	2016
EBITDA	870.208
Resultado Financeiro	(147.425)
EBITDA/Resultado Financeiro	5,90

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	798.120	416.964	852.563	464.069
Clientes	7	133.371	164.394	135.892	169.832
Tributos a recuperar	8	9.999	4.196	11.276	5.147
Serviços em curso		13.082	17.995	13.082	17.995
Despesas antecipadas		346	346	348	346
Devedores diversos		1.458	1.505	1.815	1.888
Partes relacionadas	15.1	151	234	151	234
Outros ativos		115	129	115	129
Total do ativo circulante		956.652	605.763	1.015.250	659.620
Não circulante					
Clientes	7	-	366	-	366
Tributos a recuperar	8	960	960	2.220	2.128
Depósitos judiciais	9	47.612	43.230	47.612	43.230
Fundos vinculados		123	51	123	51
Despesas antecipadas		3.075	3.337	3.075	3.337
Investimentos		215.242	186.974	26	26
Controladas	10	215.216	186.948	-	-
Outros		26	26	26	26
Imobilizado	11	3.129.346	3.290.790	3.290.784	3.443.199
Intangível	12	28.801	30.386	29.033	30.631
Total do ativo não circulante		3.425.159	3.556.094	3.372.873	3.522.968
Total do ativo		4.381.811	4.161.857	4.388.123	4.182.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Fornecedores	13	343.844	171.961	347.623	175.719
Arbitragem	14	-	-	-	15.081
Salários e encargos sociais		19.006	12.513	19.282	12.706
Empréstimos	17	230.228	-	230.228	-
Debêntures	16	285.383	207.974	285.383	207.974
Tributos a recolher	8	175.810	138.061	176.756	138.883
Dividendos e juros sobre capital próprio	23.4	228.692	161.904	228.692	161.904
Obrigações estimadas		7.948	7.376	8.105	7.535
Cibacap	18	890	-	890	-
Encargos setoriais	22	27.815	36.814	27.822	36.822
Receitas diferidas		8.739	102	8.739	102
Outros passivos		252	242	266	343
Total do passivo circulante		1.328.613	736.947	1.333.786	757.069
Não circulante					
Empréstimos	17	-	199.125	-	199.125
Debêntures	16	1.012.140	1.051.684	1.012.140	1.051.684
Receitas diferidas		4.544	27.437	5.303	27.813
Obrigações especiais	21	1.758	2.658	1.758	2.658
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais	20	32.701	26.467	33.081	26.700
Cibacap	18	9.936	10.135	9.936	10.135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	191.797	272.561	191.797	272.561
Tarifa de uso do sistema de distribuição (Tusd-g)	13	13.960	9.802	13.960	9.802
Encargos setoriais	22	8.647	5.462	8.647	5.462
Outras obrigações regulatórias (RGR - 1970)		4.947	4.947	4.947	4.947
Outros passivos		780	749	780	749
Total do passivo não circulante		1.281.210	1.611.027	1.282.349	1.611.636
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	839.138	839.138	839.138	839.138
Reservas de capital	23.2	116.804	105.468	116.804	105.468
Reserva de lucros	23.3	155.753	137.134	155.753	137.134
Ajustes de avaliação patrimonial	23.6	660.293	732.143	660.293	732.143
Total do patrimônio líquido		1.771.988	1.813.883	1.771.988	1.813.883
Total do passivo e patrimônio líquido		4.381.811	4.161.857	4.388.123	4.182.588

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo 2

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	24	1.302.167	1.190.982	1.333.311	1.216.220
Custo do serviço de energia elétrica					
Pessoa		(49.129)	(47.008)	(51.361)	(47.916)
Material		(3.336)	(4.056)	(3.786)	(4.290)
Serviços de terceiros		(33.269)	(27.360)	(38.169)	(30.351)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)		(5.582)	(5.010)	(5.666)	(5.075)
Energia comprada para revenda	25.2	(85.424)	(201.943)	(87.717)	(211.593)
Encargos de uso da rede elétrica	25.3	(109.743)	(96.576)	(110.211)	(96.877)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(88.371)	(68.533)	(88.371)	(68.533)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(213.882)	(214.868)	(223.181)	(212.647)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(896)	(5.471)	(1.025)	(5.473)
Aluguéis		(112)	(58)	(113)	(58)
Seguros		(9.784)	(5.440)	(10.083)	(5.550)
Outras		(1.070)	(1.092)	(1.183)	(1.122)
		(600.598)	(674.413)	(620.866)	(686.483)
Resultado bruto		701.569	516.569	712.445	529.737
(Despesa) / receitas operacionais					
Pessoa		(41.002)	(37.742)	(41.002)	(38.080)
Material		(150)	(148)	(160)	(148)
Serviços de terceiros		(14.549)	(14.757)	(16.269)	(15.471)
Depreciação e amortização	11.b e 12.b	(1.768)	(1.640)	(1.797)	(1.653)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e ambientais		(4.015)	(1.712)	(4.139)	(1.810)
(Constituição)/reversão de estimativa para créditos de liquidação duvidosa	7.2	(2.592)	220	(2.520)	156
Aluguéis		(3.539)	(3.614)	(3.772)	(3.725)
Gainho / (perda) pela não recuperabilidade de ativos	11.7	-	-	17.826	(25.402)
Outras		(15.214)	(10.174)	(15.382)	(10.194)
		(82.829)	(69.567)	(67.215)	(96.327)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	28.268	(13.420)	-	-
Lucro operacional		647.008	433.582	645.230	433.410
Resultado financeiro	26				
Receitas		81.252	36.308	87.208	40.190
Despesas		(233.507)	(217.043)	(234.633)	(218.562)
		(152.255)	(180.735)	(147.425)	(178.372)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		494.753	252.847	497.805	255.038
Imposto de renda e contribuição social	8.3				
Corrente		(220.590)	(169.532)	(223.642)	(171.723)
Diferido		86.877	99.332	86.877	99.332
		(133.713)	(70.200)	(136.765)	(72.391)
Lucro líquido do exercício		361.040	182.647	361.040	182.647
Lucro por ação de operação continuadas (em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação PN	27	3,82322	1,93414	3,82322	1,93414
Lucro básico e diluído por ação ON	27	3,82322	1,93414	3,82322	1,93414

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rio Paranapanema Energia S.A. (anteriormente denominada Duke Energy
International, Geração Paranapanema S.A.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia") (anteriormente denominada Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Rio Paranapanema Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.13 e nº 3.1.2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados - Impairment

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, a Companhia deve avaliar, ao término de cada período de reporte, se há alguma indicação de que a perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), possa não mais existir, ter diminuído significativamente ou aumentado. Se existir alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável desse ativo.

O teste de *impairment* é um assunto significativo no contexto de nossa auditoria, dada a relevância do saldo do ativo imobilizado da Companhia e de sua controlada, bem como do saldo de provisão para redução ao valor recuperável registrado em anos anteriores referente aos ativos da controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. (anteriormente denominada Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda.), conforme descrito na nota explicativa 11. O processo de avaliação realizado pela Administração é complexo e exige alto nível de julgamento baseado em premissas, dentre as quais destacamos especificamente (i) taxa de desconto, (ii) preço de venda de energia e (iii) *Generation Scaling Factor - GSF*, que são afetadas por expectativas de mercado, situação econômica do país e hidrologia para todo o Sistema Interligado Nacional.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a discussão com os especialistas da Companhia para obter o entendimento sobre o processo de análise efetuado a seleção e validação das premissas utilizadas, a utilização de nossos especialistas em *valuation* para auxiliar na avaliação das premissas mencionadas anteriormente, assim como na análise sobre a adequação das metodologias utilizadas pela Controlada, e testes sobre a precisão matemática dos cálculos efetuados pela Administração. Adicionalmente, concentramos esforços na revisão da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis para o teste de *impairment*, conforme nota explicativa nº11.7, ou seja, aquelas que têm o efeito mais significativo na determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a

responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social, obtidos antes da data deste relatório, e também o Relatório de Sustentabilidade, que deve ser disponibilizado após a data desse relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler essas outras informações, ao fazê-lo, considerar se esse estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data desse relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições

futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3